

Instituições e crescimento econômico: o papel do legislativo no crescimento econômico e urbano da cidade de Varginha (1882-1920)

Natânia Silva Ferreira¹

Resumo

A economia institucional é uma vertente de estudos que faz parte da economia heterodoxa e, de forma geral, o institucionalismo prega a importância das instituições para o crescimento econômico. Assim, com base em arcabouço teórico institucional, o objetivo deste artigo é entender a relação entre instituições e crescimento econômico e urbano num âmbito específico: a relação entre o legislativo municipal (que pode ser entendido por meio de atas da Câmara Municipal de vereadores) e crescimento econômico e urbano da cidade de Varginha, situada no Sul de Minas Gerais, na transição para o século XX. Varginha foi emancipada no ano de 1882 e a hipótese central deste texto é a de que no período inicial de sua formação, a instituição do legislativo foi importante para seu crescimento econômico e urbano, já que parte dos projetos e leis relativos à evolução das cidades é originária da Câmara Municipal de vereadores.

Palavras-chave: economia institucional, legislativo, atas da Câmara Municipal, Varginha.

Abstract

Institutional economics is a strand of studies that is part of the heterodox economy and, in general, institutionalism preaches the importance of institutions for economic growth. Thus, based on an institutional theoretical framework, the objective of this article is to understand the relationship between institutions and economic and urban growth in a specific scope: the relationship between the municipal legislative (which can be understood through records of the City Council) and economic and urban growth of the city of Varginha, located in the south of Minas Gerais in the transition to the twentieth century. Varginha was emancipated in the year 1882, and the central hypothesis of this text is that in the initial period of its formation, the institution of the legislative was important for its economic and urban growth, since part of the projects and laws related to the evolution of cities is originating from the City Council.

Keywords: institutional economics, legislative, records of the City Council, Varginha.

1. Introdução

Varginha, situada no Sul de Minas Gerais, passou a dispor de autonomia municipal no ano de 1882, tendo se emancipado do município de Três Pontas naquele ano.² No mês de dezembro de 1882, na primeira reunião da Câmara Municipal varginhense, foi escolhido o presidente da Câmara e o grupo de vereadores que conduziria os rumos do novo município do Sul mineiro.

¹ Graduada em Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria pela UNIFAL-MG. Mestre em História Econômica pela USP. Bolsista CAPES. Email: natania.silvaferreira@yahoo.com.br

² Para estudos sobre o Sul de Minas Gerais, cf.: SAES, A. M.; MARTINS, M. L. (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012 e SAES, A. M., MARTINS, M. L., GAMBI, T. F. R. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

Recebido em dezembro de 2016 e aceito em janeiro de 2017.

O trabalho da Câmara Municipal logo foi refletido na cidade e, antes mesmo da virada do século, alguns acontecimentos importantes fizeram com que Varginha avançasse em seus processos de crescimento econômico e urbanização: as primeiras discussões sobre escolas públicas surgiram por volta da metade da década de 1880 (ACMV³, 1884, fl. 22); a elevação à sede de Comarca ocorreu em 1890 (ACMV, 1890, fl. 18); a estrada de ferro Muzambinho começou a passar pelo município no ano de 1892, tendo gerado relevante movimentação na cidade em fins de 1891 (ACMV, 1891, fl. 40). Quando se iniciou o século XX, Varginha já contava com elementos importantes para sua formação: as casas comerciais, as primeiras fábricas e os bancos; teatro, clube recreativo e cinema; água potável, telefone e energia elétrica; eram elementos que, juntamente com os que surgiram no final do século XIX, faziam de Varginha uma cidade de destaque no Sul de Minas Gerais. (ÁVILA, 1983; SALES, 2003).

O crescimento econômico e urbano que Varginha passou na transição do século XIX para o século XX, mais especificamente do período de sua emancipação até o fim da segunda década do século XX, foi um crescimento particular, com os limites de uma cidade do interior do Brasil. Todavia, dentro do contexto do Sul de Minas, tanto da passagem do século XIX para o século XX, como atualmente, em inícios do século XXI, é um crescimento que merece notoriedade. Nos dias atuais, Varginha é a terceira maior cidade do Sul de Minas Gerais.⁴

Acredita-se que o crescimento que Varginha passou na virada do século, a partir do período de sua emancipação, se deva, em parte, à ação dos agentes de uma instituição: o legislativo. O interior dessa instituição, no nível das cidades, pode ser compreendido observando-se um órgão que é a Câmara Municipal, onde os indivíduos (vereadores) elaboram projetos e leis que podem promover (ou não) o crescimento econômico e urbano.

As instituições são como engrenagens ou articulações do processo de crescimento econômico que tem lugar em determinado momento de tempo e espaço. Por essa razão, a tradição institucionalista – e seu leque de abordagens – tem uma importante vinculação com o processo de crescimento econômico. (CONCEIÇÃO, 2002, p. 605).

Considerando a relação entre instituições e crescimento econômico, pretende-se, com este artigo, entender o papel de uma instituição – o legislativo – no processo

³ Abreviação utilizada para Ata da Câmara Municipal de Varginha. Os documentos encontram-se no Museu Municipal varginhense.

⁴ Atualmente, de acordo com as estimativas do IBGE, Varginha possui a terceira maior população do Sul de Minas Gerais, contando com 133.384 habitantes em 2016 (a maior cidade da região é Poços de Caldas, com 164.912 habitantes e a segunda maior, Pouso Alegre, possui 145.535 habitantes). O IDH (dados de 2010) de Varginha foi de 0,778 e o produto interno bruto da cidade (dados de 2013) foi de R\$ 4.047.799. (Informações disponíveis em: <http://Cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317070&search=minas-gerais|varginha>. Acesso em 01/12/2016). Em Varginha há faculdades, o campus de uma universidade federal, o único porto seco do Sul de Minas Gerais. Mantém uma atuação importante no setor exportador de café, possuindo empresas da área, além de indústrias estrangeiras, como a Philips.

de crescimento econômico e urbano da cidade de Varginha na passagem do século XIX para o século XX, período inicial de formação da cidade. A principal fonte de pesquisa para o cumprimento do objetivo se constituiu num conjunto de aproximadamente 500 atas da Câmara Municipal de Varginha,⁵ presentes no Museu Municipal da cidade, para o período de 1882 até 1920.⁶

Assim, este artigo conta com cinco seções, além desta introdução. Na seção dois será definida a noção de crescimento econômico empregada neste texto. A seção três tratará breve discussão teórica sobre a economia institucional. A seção quatro terá como objetivo apresentar como ocorreu a formação da cidade de Varginha. Na seção cinco, considerando a compreensão de crescimento econômico e as noções de economia institucional defendidas, será feita uma análise da relação entre o legislativo (entendido por meio das atas da Câmara) e sua importância, como instituição, para o crescimento econômico e urbano de Varginha. A seção seis, por fim, trará as considerações finais.

Partindo da noção de crescimento econômico desenvolvida na seção dois, de se tratar o termo como um processo e, conseqüentemente, de forma qualitativa, a hipótese de pesquisa exposta no resumo deste artigo encontra respaldo nas atas da Câmara Municipal de Varginha porque, por meio das análises desses documentos, é possível entender como elementos importantes para o crescimento econômico e urbano da cidade foram pensados na Câmara de vereadores: por meio das atas da Câmara, é possível descrever e analisar, dentre outros, os projetos e leis referentes às escolas públicas, transporte (ferrovia), serviços urbanos (como energia elétrica) e criação ou isenção de impostos.

2. Crescimento (desenvolvimento) econômico: o conceito do termo

A passagem do século XIX para o século XX foi de importante crescimento econômico e urbanização para as cidades e regiões brasileiras de forma geral. Houve no Brasil a formação de grupos econômicos nacionais, originários do capital agrário mercantil, que seriam, em parte, responsáveis pela implantação de serviços de infraestrutura, tais como ferrovias, portos e outros serviços urbanos (energia elétrica e

⁵ É importante mencionar que, como é comum em fontes primárias de pesquisa, as atas de Câmara apresentam determinadas particularidades: por exemplo, são documentos que refletem o pensamento e as ações do grupo de vereadores que estava no poder em determinada época e, dessa forma, podem subestimar ou superestimar alguns acontecimentos de uma cidade, bem como as ações de alguns membros da Câmara Municipal. Contudo, atas de Câmara são os documentos que devemos recorrer para o entendimento sobre os projetos e leis elaborados e aprovados pelos vereadores nas reuniões, além dos desejos da população do município, que chegavam à Câmara mediante ofícios de moradores. São documentos que nos auxiliam na compreensão da trajetória de crescimento e urbanização de um município.

⁶ Por meio do projeto "Raízes históricas, culturais e materiais de nosso povo – a história de Minas Gerais e a história de Varginha", os professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Thiago Fontelas Rosado Gambi e Daniel do Val Cosentino – com apoio de Cláudio Henrique Martins, diretor do Museu Municipal de Varginha – realizaram a digitalização das Atas da Câmara Municipal, do período de 1882 até 1940.

telefonía). A urbanização se tornou projeto político da elite brasileira. Com acordos financeiros entre Campos Salles e credores estrangeiros (1898-1902), abria-se um projeto político de modernização e urbanização do país (SAES, 2008, pp. 188-189).

Dessa forma, o ciclo da borracha se constitui num exemplo de economia particular, porque possibilitou aumento das exportações e crescimento no Amazonas, especialmente em Manaus, e no Pará, sobretudo em Belém, na transição do século XIX para o XX (FERREIRA, 2005, cap. 3). Na Bahia, o cacau também formou uma economia de exportação específica do Estado entre fins do século XIX e inícios do século XX (ALMEIDA, 2009). No Rio Grande do Sul houve a formação de uma economia própria, baseada na pecuária, que possibilitou, de certa forma, o desenvolvimento industrial na região (HERRLEIN JR., 2000).

Em São Paulo, o crescimento da economia se deveu, em grande parte, à ascensão da cafeicultura (CANO, 1975; SILVA, 1980; MELLO, 1991). A renda gerada pelo “complexo cafeeiro paulista” facilitou com que chegassem as ferrovias e os comércios; os estabelecimentos industriais e as instituições bancárias; o trabalho assalariado e as empresas de serviços urbanos, como energia elétrica; fatores esses importantes para o desenvolvimento de uma localidade (CANO, 1975; DEAN, 1977).

Minas Gerais da transição do século XIX para o século XX também apresentou um desenvolvimento que merece ser lembrado, devido, em parte, à atividade da cafeicultura, que entre fins do século XIX e inícios do século XX, começou a ser responsável pelo aumento das exportações mineiras (WIRTH, 1982). Naquele contexto, o Sul de Minas Gerais receberia influências da expansão da economia cafeeira, mais especificamente, na primeira década do século XX, quando as exportações aumentaram.⁷

De forma particular, cada parte do Brasil passava por um processo de crescimento econômico e urbanização, com auxílio de atividades econômicas agropecuárias.

Pelo que foi escrito acima, sobre o crescimento econômico e urbano pelo qual o Brasil passou na passagem para o século XX, pode-se inferir que a noção de crescimento econômico diz respeito ao aumento de produtividade, pois nos exemplos descritos, as atividades agropecuárias auxiliavam determinadas regiões brasileiras no aumento de suas exportações e em seus processos de industrialização e, conseqüentemente, essas regiões se urbanizavam.

⁷ Apesar da importância da cafeicultura para Minas Gerais de fins do século XIX e inícios do século XX, é importante ressaltar que o café não foi a única atividade regional. Segundo Iglésias (1982), “fala-se em Minas Gerais, quando na verdade sua fisionomia era – como é ainda hoje – muito diversificada” (p. 137). De acordo com Wirth (1982) “as paisagens de Minas Gerais, conseqüentemente, oferecem diferentes leituras ao historiador” (p. 43). As distintas partes de Minas Gerais contaram com atividades econômicas diferentes nos séculos XIX e XX. “O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880 (...) O Norte, ao contrário, seguiu o curso da economia de estâncias do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830) (...). O Oeste exportou gado para o sul”. (WIRTH, 1982, p. 43).

Parece ser consenso na literatura econômica que crescimento econômico refira-se, primeiramente, a aumento de produtividade. Paul Baran (1984, p. 47), por exemplo, definiu crescimento (ou desenvolvimento) econômico como um aumento, ao longo do tempo, da produção *per capita* de bens materiais, estando o termo intimamente relacionado com o processo de industrialização das nações.

Ainda que haja discussão sobre as diferenciações existentes entre os termos crescimento e desenvolvimento econômico, sendo comum considerar o primeiro como aumento da produtividade (aumento do produto interno bruto) e o segundo como um processo mais amplo, que envolva a sociedade como um todo, ampliando sua qualidade de vida, crescimento e desenvolvimento serão utilizados como sinônimos neste artigo, indo bem além de noções quantitativas.⁸

Isso implica reconhecer que crescimento não é redutível apenas a aumentos no produto per capita, mas decorre da manifestação de um processo dinâmico, com fases sucessivas de início, meio e fim, intermediadas por mudanças, transformações ou mutações no nível da atividade produtiva (...). As instituições e o meio ambiente institucional exercem efeito decisivo sobre esse processo (...). (CONCEIÇÃO, 2002, pp. 604-605).

Quando se escreve, neste texto, sobre a relação entre instituições e crescimento econômico, reporta-se, assim, a uma movimentação mais ampla que a de aumentos no produto interno bruto ou a movimentação referente ao processo de industrialização pelo qual passou uma região. Considera-se também como elementos importantes para a noção de crescimento econômico aqueles que os grupos de vereadores das cidades, de certa forma, auxiliaram a criar nos municípios, sobretudo, no início de sua formação. São eles, no caso deste artigo, escolas públicas, transporte (ferrovia), serviços urbanos (exemplo da energia elétrica) e criação ou isenção de impostos.

Esses elementos não estão associados diretamente a aumentos de produtividade, mas promovem aumento da qualidade de vida da população e, de certa forma, também crescimento econômico e urbano.

3. Economia institucional: breve discussão teórica

A economia pode ser definida como a ciência que tem por objetivo estudar a alocação eficiente de recursos escassos na sociedade. Essa definição de forma resumida da ciência econômica pode ser encontrada nos manuais de economia, como em Mankiw (2009, p. 04) e Krugman e Wells (2007, p. 05). Como procura entender a forma como os recursos (bens materiais, dinheiro, alimentos e serviços) devem ser divididos entre os agentes (consumidores e firmas), a economia é

⁸ Saes (2008), em sua tese de doutorado, ao escrever sobre desenvolvimento econômico, mencionou o termo como uma representação do crescimento econômico, mas também sendo um processo mais amplo, envolvendo a sociedade como um todo, ao escrever que "o desenvolvimento deve ser nacional, exigindo a incorporação de toda a população nos benefícios do excedente" (SAES, 2008, p. 03, nota de rodapé 4).

encaixada na área de ciências sociais aplicadas. Dentro das ciências sociais, é a ciência que possui o recorte de objeto mais rígido, isto é, as atividades referentes à produção e consumo de bens econômicos: objetos materiais ou não, úteis e escassos. (NOVAIS e SILVA, 2011, p. 29).

A economia institucional, de forma geral, prega a importância das instituições para o crescimento da economia, ainda que dentro dessa vertente haja ramificações importantes, marcando algumas diferenciações no interior da mesma.⁹ O próprio conceito de instituições é alvo de discussão entre os economistas institucionalistas, porém, o que parece ser comum nas definições é que as instituições são regras de comportamento ou de pensamento socialmente compartilhados¹⁰ (HAYEK, 1973 *apud* SILVA FILHO, 2011; PONDÉ, 2005; DEQUECH, 2013).

Dentro da economia institucional pode-se pensar em uma visão institucionalista *mainstream* e numa visão da heterodoxia institucionalista (SILVA FILHO, 2011, tópicos 1.3 e 1.4), embora as duas visões partam de uma crítica comum em relação à economia ortodoxa, isto é, a falta de enfoque das instituições em suas abordagens.

Na visão institucionalista *mainstream* figura a nova economia institucional (NEI), cujo principal escritor – mas não o único – é Douglass North. De forma geral, os autores da NEI, buscando uma forma de analisar a relação entre instituições e crescimento econômico ao longo a história (GALA, 2003), estabeleceram uma abordagem de instituições que os coloca próximos da teoria econômica neoclássica. A aproximação com a economia neoclássica está no fato de os economistas da NEI partirem do comportamento eficiente e otimizador dos indivíduos (VASCONCELOS, 2009).

Escreveu North (1991, p. 97) que instituições são “restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais” (*apud* CAVALCANTE, 2014, p. 380) e que “definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos” (North, 1990, p. 4 *apud* VASCONCELOS, 2009, p. 16). Logo, nota-se a importância dos indivíduos nas definições do autor. As instituições partem dos indivíduos. O papel central, para North e a NEI, parece ser dos indivíduos, porque as instituições dependem deles. Os agentes criam as instituições e, depois de formadas, elas interferem no crescimento econômico, já que o crescimento ocorre com a intervenção das instituições na vida dos indivíduos, moldando suas ações.

Embora a NEI, de certa forma, se aproxime da economia neoclássica por considerar a ideia de comportamento eficiente e otimizador dos indivíduos – uma das premissas básicas do neoclassicismo – deve-se ponderar alguns avanços incorporados

⁹ As instituições podem ser formais ou informais. Dentre as formais estão constituições, leis, direitos de propriedade, regras e códigos de conduta. Dentre as informais estão valores, hábitos, costumes, crenças e tradições. (SILVA FILHO, 2011; FELIPE, 2008).

¹⁰ Por mais que haja discussões em torno do próprio conceito de instituição, na literatura especializada, geralmente as instituições são vistas ou como regras do jogo, ou como modelos mentais compartilhados, ou ainda, como organizações. (CAVALCANTE, 2014).

pela corrente institucionalista que não são levados em conta pela economia ortodoxa: a NEI incorpora em sua análise os custos de transação, que não são considerados pela economia ortodoxa, e as instituições seriam responsáveis pela minimização desses custos; as falhas de mercado são elementos essenciais à NEI, diferentemente do que prega a economia neoclássica; na escola da NEI, a tecnologia tem papel importante para as firmas; e, a racionalidade humana é limitada, e não sem limites, como diriam os neoclássicos (WILLIAMSON, 1991). Assim, os pressupostos da NEI fazem com que a escola se aproxime mais da realidade econômica, diferentemente da economia neoclássica.¹¹

A corrente da heterodoxia institucionalista pode ser representada por quatro atores: primeiro, por um grupo conhecido como velhos ou antigos institucionalistas, ou ainda, economia institucional original (EIO); segundo, pela abordagem da escola austríaca, representada por Hayek; terceiro, pela escola das convenções; e, por último, pelos economistas heterodoxos evolucionários (SILVA FILHO, 2011).

A EIO tem como principais autores Veblen, Commons e Mitchell. Essa escola não se preocupou em desenvolver um arcabouço teórico unificado ou estabelecer uma metodologia científica; a teoria formulada por eles foi descritiva, focada no empirismo. Consideraram a importância das instituições formais (tais como o Estado, as firmas e as organizações) e informais (cultura, tradições e costumes, relações sociais e a linguagem) para a explicação do crescimento, desenvolvimento e da mudança econômica (FELIPE, 2006).

A partir de observações das transformações pelas quais o capitalismo estadunidense passou na transição do século XIX para o século XX, os velhos institucionalistas (sobretudo Veblen) tiveram condições de desenvolver seu pensamento: naquele contexto, primeiramente, a acumulação de capital deixou de acontecer apenas na pequena empresa para também ocorrer na grande empresa; passou-se assim a haver um alargamento das áreas de competição capitalista entre as grandes empresas; ocorreu também uma mudança na estrutura de divisão das classes sociais, com o surgimento, por exemplo, da classe de administradores entre os trabalhadores e os capitalistas. As relações de trabalho se institucionalizaram de forma a permitir a existência de uma classe ociosa, a dos capitalistas (VEBLEN, 1988).

No pensamento de Hayek, as instituições são vistas como sistemas de regras de conduta, que podem ser inatas aos indivíduos ou adquiridas por eles, com base num processo de aprendizagem social (SILVA FILHO, 2011). Essa transmissão se dá por meio da cultura, pelo ensino ou pela convivência num grupo. As regras exercem papel

¹¹ Sobre a aplicação da NEI à realidade brasileira num período específico da História Econômica do país, cf.: PESAVENTO, F.; MONTEIRO, S. "Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro, 1750-1800". In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*. Anais do evento. Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2006.

restritivo sob o comportamento dos indivíduos, mas também atuam como depósitos de conhecimento, transmitindo de geração a geração o conhecimento prático de como lidar com problemas e executar tarefas.

A escola das convenções enfatiza a coordenação e interpretação do comportamento dos agentes num ambiente coletivo. Para os teóricos dessa escola, uma convenção pode ser concebida como a definição de um padrão de comportamento de forma coletiva por meio da emulsão ou convergência de expectativas, mas exige a participação ativa dos agentes na forma de identificação mental daquela realidade descrita pela norma (SILVA FILHO, 2011).

Os teóricos evolucionários, tendo como importantes autores, dentre outros, Nelson e Winter (2005), colocam a inovação tecnológica como a questão chave para a mudança institucional. A firma capitalista é uma instituição e, para o crescimento econômico, é preciso observar as relações internas às firmas e às indústrias, sendo as regras e rotinas internas importantes para o crescimento econômico. As instituições mais adaptadas ao ambiente econômico são aquelas que sobrevivem por mais tempo no mercado.

Por mais que haja diferenciações dentro da visão heterodoxa institucional, há três pontos comuns nessas abordagens, sendo: 1) relevância das hipóteses comportamentais em comparação com a teoria convencional (NEI)¹²; 2) maior ênfase nos estudos de processos e abandono dos estudos focados no equilíbrio econômico; 3) abertura de espaço para outros tipos de instituições que não sejam do mercado (PONDÉ, 2005, p. 146, nota de rodapé 26).

Considerando outras instituições que não sejam o mercado, dentre outros autores, Dequech (2013, p. 568) também incluiu as organizações dentro do institucionalismo, quando escreveu que "organizações são definidas em parte por um conjunto de regras". Cavalcante (2014), por exemplo, afirmou que na literatura especializada, as instituições podem ser vistas como regras do jogo, como modelos mentais e também como organizações.

Como organizações formais, Dequech (2013) citou como exemplos, além das firmas, os órgãos do governo, nos níveis executivo, legislativo e judiciário;¹³ associações privadas, acadêmicas e multilaterais; e ONGs sem fins lucrativos. Como organizações

¹² As escolas da heterodoxia institucionalista parecem se focar mais nos pilares cognitivo e normativo das instituições, diferentemente da NEI, onde o papel restritivo parece ter maior importância.

¹³ Chang (2004, capítulo 3) realizou um estudo sobre a relação das instituições com o crescimento econômico de alguns países altamente desenvolvidos. Dentre as instituições que foram destacadas como importantes, estava um outro órgão do governo, o judiciário. Escreveu Chang (2004, p. 124) que "em todo caso, esse pacote de "instituições boas" geralmente inclui a democracia, uma burocracia e um Judiciário limpos e eficientes; a forte proteção ao direito de propriedade (privada), inclusive de propriedade intelectual; boas instituições de governança empresarial, sobretudo as exigências de divulgação de informação e Lei de Falência; e instituições financeiras bem desenvolvidas. Menos frequentemente mencionados, mas nem por isso menos importantes, são um bom sistema financeiro público e boas instituições previdenciárias e trabalhistas capazes de oferecer "redes de amparo" e proteger os direitos do trabalhador".

informais estão firmas informais, máfia e algumas ONGs (DEQUECH, 2013, p. 568. Tabela 1: Uma tipologia de instituições e alguns exemplos).

Organizações são tipos específicos de instituições, pois além de serem constituídas em parte por um conjunto de regras, possuem também uma entidade coletiva; desse modo, podem ser pensadas como agentes coletivos e, além disso, são ambientes onde atuam e pensam agentes individuais (DEQUECH, 2013, p. 568).

As organizações estão dentro do mercado, mas não são apenas de mercado ou diretamente voltadas para assuntos relacionados à circulação de bens e serviços. O legislativo é uma organização que não tem como preocupação principal unicamente a circulação de bens e serviços para a economia, mas ainda assim, conduz, indiretamente, o crescimento econômico e urbano, na medida em que conta com indivíduos que elaboram projetos e leis para o desenvolvimento da sociedade como um todo, voltados para as áreas da educação, da cultura, do meio ambiente e da economia de forma geral. A elaboração de projetos e leis por parte do legislativo não garante que eles serão totalmente colocados na prática, mas o legislativo é um tipo de instituição que trabalha na tentativa de promover crescimento econômico e urbano, juntamente com outros órgãos do governo e entidades privadas da economia.¹⁴

No caso deste trabalho, tendo como marco teórico a heterodoxia institucional, sobretudo a EIO, entende-se que o empirismo é importante, que a observação de uma sociedade é relevante para a retirada de conclusões sobre essa sociedade e, dessa forma, tem-se condições de aliar (ou não) a teoria à prática em casos específicos, como Varginha, num período também específico. Partindo da escola das convenções, entende-se ser importante compreender o comportamento dos agentes (vereadores) num ambiente coletivo (a Câmara Municipal).

4. Varginha: a formação da cidade

Em meio às transformações econômicas e urbanas pelas quais o Brasil passou entre o fim do século XIX e o início do século XX, o Sul de Minas Gerais receberia influências da cafeicultura, especialmente depois da primeira década do século XX.

O Sul de Minas Gerais tornou-se uma divisão administrativa da província em 1789, com a paróquia de Campanha da Princesa.¹⁵ Localizada inicialmente na

¹⁴ Dada a relevância da união de entes públicos e privados para promoção do crescimento econômico, Perroux reconheceu que "o poder de disposição das grandes unidades no interior duma nação não é completamente independente do poder público que, mesmo nos países liberais, estimula a investigação, ajuda a propagar as grandes inovações, participa na conquista dos mercados e, no âmbito dum território cuja extensão e recursos físicos se revestem de extrema importância, contribui poderosamente para a instauração de eixos de desenvolvimento (...)". (PERROUX, 1967, p. 213),

¹⁵ Apesar da independência do Sul mineiro datar de 1789, já na economia do ouro apresentava importância como rota de comércio e como produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte. Segundo Furtado (1963, pp.114-115), "a cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a

Comarca do Rio das Mortes, Campanha se tornaria a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira.¹⁶

Assim, o território que abrigaria o Sul de Minas tem começo com a emancipação de Campanha, município que seria desmembrado na primeira metade do século XIX nas cidades de Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840) e Itajubá (1848).

O mapa abaixo mostra a localização atual de Varginha e do Sul de Minas Gerais no Estado, bem como o posicionamento de alguns dos municípios citados acima. Ainda, é possível notar os Estados que se situam próximos da região sul-mineira:

Mapa 1. A localização de Varginha no Sul de Minas Gerais e a localização da região sul-mineira no Estado



Disponível em: http://www.gslogistica.com.br/?page_id=16. Acesso em 12/01/2017.

Nota: importante observar o erro no quadro em destaque. Onde se lê MS, leia-se GO.

A dinâmica econômica sul-mineira avançaria em relação à existente na urbanização da área mineradora e, inicialmente, seria baseada na agricultura e no comércio de abastecimento (PRADO JR., 1972; LENHARO, 1979). Entretanto, entre o final do século XIX e o início do século XX, a base econômica regional – a agricultura e o comércio de abastecimento – seria rompida, embora não totalmente, com a introdução da cafeicultura e o processo de urbanização em curso.

partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração".

¹⁶ A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D'El Rey no ano de 1713.

O produto mais valioso de exportação de Minas Gerais estabelecia a razão pela qual tanto a Zona da Mata como o Sul dominaram a política do Estado durante a Primeira República¹⁷ (WIRTH, 1982). Com a fortificação da economia cafeeira pelo Sul mineiro:

(...) juntamente à ampliação da população (...) era nítido o crescimento do número de cidades. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte de uma primeira fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado da introdução do café na região. (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012, p. 31).¹⁸

Varginha passou a ter autonomia municipal no ano de 1882; contudo, claramente, num período bem anterior ao do fim do século XIX, as terras que mais tarde abrigariam a cidade já eram povoadas.

Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, posteriormente, elas foram doadas à diocese de Campanha (SALES, 2003).

Afonso Ávila afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785. O povoado se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de Campanha ao Sertão de Três Pontas. E a exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros, surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvras (ÁVILA, 1983, p. 02).

Entre 1785 e 1820, foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou ainda em formação (ÁVILA, 1983, p. 08). Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha se transformou em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas (VEIGA, 1884, p. 182).

No final do ano de 1882 ocorreu a primeira reunião da Câmara Municipal de Varginha. Naquela data, o antigo distrito se tornaria independente do município de Três Pontas. Assim:

¹⁷ Sobre a cafeicultura e a economia da Zona da Mata na passagem para o século XX, cf.: LIMA, J. H. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977, especialmente o tópico 3 do capítulo 1 e PIRES, A. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

¹⁸ Apesar de certa relevância do café para a economia do Sul de Minas Gerais, vale lembrar que na região, na transição para o século XX, outras atividades econômicas se faziam importantes: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas, por exemplo, foram cidades sul-mineiras que se dedicaram não somente à produção cafeeira, mas também à pecuária e demais agriculturas, como a do milho, feijão, arroz e fumo, dentre outras. Sobre a cafeicultura no Sul de Minas Gerais da passagem para o século XX, cf.: MARTINS, M. L. "A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas". In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização: Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 141-172.

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei, aos Vereadores acima referidos, e tendo sido feita a leitura do aucto da installação e posse desta Villa, pelo Secretário da Camara Municipal da cidade de Três-Pontas na forma da lei, e assignado pelo Presidente da Comarca Municipal da mesma Cidade, e Vereadores desta Camara, e cidadãos presentes. (ACMV, 1882, fl. 01).

Naquela reunião, foi escolhido o primeiro presidente da Câmara Municipal, Matheus Tavares da Silva,¹⁹ sendo o vice presidente, José Maximiano Baptista.²⁰

Terminada a eleição, Matheus Tavares da Silva convidou os demais vereadores para comparecerem no paço da Câmara às 10 horas do outro dia, 18 de dezembro de 1882, para tratarem da nomeação de empregados e demais assuntos que surgissem.

Depois da primeira reunião, os vereadores deveriam “seguir-se as sollennidades religiosas”, (ACMV, 1882, fl. 02), pois já estava na hora da missa e “a religião tinha um papel de destaque cada vez maior na vida política e social de Minas (...)” (WIRTH, 1982, p. 207).

Com o passar dos anos, o espaço onde se localizaria Varginha somava elementos importantes para a sua formação enquanto cidade e para a evolução de seu processo de urbanização. Mas – e o que parece ser comum na formação inicial da maioria das cidades não planejadas, que crescem naturalmente – apesar de um primitivo processo de urbanização estar em curso, as pessoas se concentravam, sobretudo, no campo, durante muitos anos, o que era comum no contexto brasileiro da transição para o século XX.²¹ Formava-se, entretanto, uma economia urbana, de forma que o espaço rural não viveria isolado do urbano, e este passava a influenciar o campo. O crescimento urbano, acompanhado do crescimento econômico, pode ser analisado por meio das atas da Câmara, dos anos de 1882 até 1920.

5. Crescimento econômico e urbano em Varginha: descrição e averiguação das atas da Câmara Municipal

Com as atas da Câmara de Varginha, será feita uma análise da relação da instituição do legislativo com o crescimento da cidade.

¹⁹ Major Matheus Tavares da Silva, influente membro da sociedade varginhense, foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, pp. 187-189) como capitalista, negociante, fazendeiro com engenho movido por água, tropeiro e açougueiro. Contribuiu financeiramente para que novo serviço (a ferrovia) passasse por Varginha. Dentre os moradores do município na transição do século XIX para o XX, era um dos membros que mais posses detinha. Faleceu em 1905 deixando dois filhos vivos. Maiores detalhes sobre o major e sua riqueza podem ser encontrados em seu inventário, presente no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (ano de 1905, caixa 598, documento 23).

²⁰ Descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, p. 187) como proprietário de estabelecimento de secos e molhados.

²¹ Foi a partir de 1940 que passou a ocorrer maior concentração das pessoas no espaço urbano de Varginha, seguindo a cidade, de certa forma, a lógica de crescimento urbano brasileiro.

Julga-se que crescimento econômico deve ser entendido como um processo com profundas raízes históricas e deve ser tratado, antes que de maneira quantitativa, de forma essencialmente qualitativa. Tal proposição implica um reordenamento teórico em seu campo analítico. Para tanto, considera-se fundamental a tradição teórica heterodoxa, por incorporar aspectos relevantes da noção de crescimento que foge aos limites impostos pelo *mainstream* neoclássico. Naquela vertente, crescimento é visto como um processo de natureza histórica, sem qualquer compromisso com a estabilidade de longo prazo, sendo mediado pelas instituições, que o configuram. Por essa razão, são decisivas à formatação das trajetórias históricas de crescimento (CONCEIÇÃO, 2002, p. 604).

Por meio de determinados projetos e leis aprovados, será mostrado como os vereadores contribuíram para o crescimento econômico e urbano varginhense, considerando, sobretudo, o que foi pregado pela EIO, sobre a importância do empirismo e da observação de uma sociedade ao longo de um período de tempo e o que foi pregado pela escola das convenções, acerca da importância de compreender o comportamento dos agentes (vereadores) num ambiente coletivo (a Câmara Municipal).

Os projetos serão analisados na seguinte ordem: projetos referentes às escolas públicas, transporte (ferrovia), serviço urbano (energia elétrica) e criação de ou isenção de impostos. Será descrito como o projeto apareceu nas atas da Câmara Municipal e depois, no último tópico desta seção, discutida sua importância para o crescimento econômico e urbano do município.

5.1. Escolas públicas

As primeiras atas da Câmara não especificam sobre a construção de prédios de escolas, mas puderam ser observadas nos documentos passagens referentes à educação, como no dia 21 de abril de 1884, em que:

Pelo Senhor Presidente foi proposto que se officiasse ao Inspector Geral da Instrução Publica da Provincia de Minas, agradecendo os livros que esta Camara recebeu, para serem distribuídos com os alumnos pobres que frequentão as escolas deste Municipio (...). (ACMV, 1884, fl. 22).

Em 1887, no dia 17 de outubro, por exemplo, “recebeo-se um officio de Francisco Quintino da Costa e Silva, communicando a esta Camara, que os exames do Collegio de Santa Cruz, dirigido por sua senhora, terão logar no dia vinte e dous do corrente”. O remetente “tinha a honra de convidar a esta Camara para assistir” a aplicação dos exames (ACMV, 1887, fl. 77).

Dessa forma, é possível notar que na primeira década de formação da cidade de Varginha, havia registros nas atas da Câmara mostrando certa preocupação com os assuntos educacionais. Contudo, a presença de assuntos educacionais nas reuniões da Câmara Municipal não significava que toda a população varginhense era atendida.

Com relação à instrução pública, em 1907, foram registradas 9 classes, 4 para homens, 3 para mulheres e 2 mistas (SALES, 2003, p. 311). Para Ávila o atendimento ao público era ainda bastante limitado: em 1920 a taxa de analfabetismo da cidade alcançava os oitenta por cento (ÁVILA, 1983, p. 14). Mas é preciso frisar que essa não era uma especificidade de Varginha, já que a educação não era um investimento difundido entre os municípios brasileiros até 1930. A taxa de alfabetização do país em 1890 era de 14,8% da população e em 1920, cresceu para 30% (OLIVEIRA, 2014, p. 45).

Embora com limitações em relação ao atendimento ao público, os assuntos educacionais não deixavam de aparecer das reuniões dos vereadores varginhenses. No final de 1912 foi criado um projeto autorizando o presidente da Câmara a despendar anualmente a quantia de 400\$000 (quatrocentos mil réis), sendo 100\$000 (cem mil réis) em cada fim de trimestre para a manutenção da Caixa Escolar de Varginha. O projeto entraria em vigor a partir de 01 de janeiro de 1913 (ACMV, 1912, fl. 46).

No ano de 1914, também em relação às melhorias na educação, resolveu-se que seria incluído no orçamento para o ano 5:000\$000 (cinco contos de réis) para as obras de construção do colégio "Culto as Sciencias" (ACMV, 1914, fl. 77).

A população varginhense, quando necessário, participava das reuniões da Câmara de vereadores, ainda que indiretamente. Na reunião de 01 de agosto de 1918, foi lido um requerimento dos moradores do bairro do "Tacho" pedindo a instalação de uma escola municipal no bairro. Posto em discussão, resolveu a Câmara liberar a instalação. O professor receberia pelos seus trabalhos a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis) anuais (ACMV, 1918, fl. 56).

5.2. Ferrovia

A movimentação econômica e urbana que Varginha experimentou entre o fim do século XIX e o início do século XX ocorreu também devido a uma inovação para a época e para a sociedade varginhense: a estrada de ferro. Mais que transportar pessoas, a ferrovia serviria para o transporte de mercadorias entre Varginha e demais cidades próximas, aumentando o fluxo comercial local e da região sul-mineira.²²

No dia 28 de maio de 1892, a estação férrea em Varginha, partindo de Três Corações, foi inaugurada. Fonseca e Liberal referiram-se a ela como uma importante alavanca para o progresso da cidade. Segundo os autores:

a ferro-via Muzambinho, que fimbrou, em todo o seu trajeto, em margear o Rio Verde, deixando de lado as cidades vizinhas, como Três Pontas e Alfenas, esta ultimamente beneficiada por um ramal especial, desviando-se do leito desse

²² Para mais detalhes sobre o transporte ferroviário no Sul de Minas da transição do século XIX para o XX, cf.: SILVA, M. P. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

rio, no *Porto Farinhas*, resolveu galgar alguns outeiros e cortar essa cidade em toda a sua extensão (...). (FONSECA & LIBERAL, 1920 *apud* SALES, 2003, p. 180, grifos dos autores).

De acordo com Sales (2003), o projeto original para a Estrada de Ferro Muzambinho não contava com uma estação em Varginha. O planejamento inicial previa que a ferrovia, margeando o Rio Verde, ligasse a cidade de Cruzeiro, em São Paulo, até Gaspar Lopes, cidade mineira situada próximo de Muzambinho. Como os terrenos em Varginha eram mais elevados que o nível do rio, os custos para que a ferrovia passasse pela cidade se elevariam. Assim, precisou-se de intervenção particular para que fosse construída a estação de Varginha. O auxílio financeiro partiu do major Matheus Tavares da Silva, que conversou pessoalmente com o engenheiro responsável pelas obras, em Varginha, e se dispôs a pagar o necessário para a construção de uma estação na cidade.

Dessa forma, depois de três meses para novos estudos a respeito da possibilidade da passagem da ferrovia por Varginha, o projeto original foi reformulado. Uma estação da estrada de ferro Muzambinho seria inaugurada no município com um acréscimo de 100:000\$000 (cem contos de réis), que foi o valor financiado por Matheus Tavares da Silva. (SALES, 2003, pp. 182-184). No inventário do major havia uma passagem dizendo que "declarou mais o inventariante que o espólio possui uma cautela da Estrada Muzambinho". O valor da cautela era de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) (Inventário de Matheus Tavares da Silva, 1905, caixa 598, documento 23).

Para Matheus Tavares da Silva, a passagem da estrada de ferro por Varginha contribuía para a expansão de seus próprios interesses. Além de ser membro da elite política da cidade, primeiro presidente da Câmara Municipal de vereadores, o major estava dentre os moradores mais ricos de Varginha. Mais que almejar o progresso da cidade, Matheus Tavares da Silva, como negociante, comerciante, fazendeiro e produtor de café, financiou parte da ferrovia porque o serviço seria necessário para a expansão de seus investimentos.

Pela ata da Câmara de 10 de dezembro de 1891 pode-se observar a movimentação na cidade por conta das obras da estação:

Deliberou o Conselho que: attendendo a falta de trabalhadores hoje existentes nesta cidade, em rasão das muitas obras em andamento, provenientes em sua maior parte da abertura de diversos quintaes para passagem de ferro-via Muzambinho, e bem assim as edificações particulares, que fossem relevadas multas, em que (...) todos os proprietarios que deixarão de fechar seus quintaes com muros (...). (ACMV, 1891, fl. 40).

Se as atas da Câmara nos mostraram que, no mês de dezembro de 1891, alguns terrenos foram abertos para as obras da ferrovia, por meio dos registros de imóveis é possível confirmar o acontecimento: a Companhia Estrada de Ferro

Muzambinho desapropriou onze moradores de seus terrenos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1. Terrenos adquiridos pela Companhia Estrada de Ferro Muzambinho (1891)

Data	Freguesia do Imóvel	Denominação	Tipo	Características	Valor em mil réis
11/12/1891	Varginha	Terreno e prédio	Urbana	Terreno para estrada de ferro Muzambinho	400\$000
11/12/1891					400\$000
12/12/1891					1:100\$000
12/12/1891					400\$000
14/12/1891					400\$000
14/12/1891					50\$000
15/12/1891					100\$000
15/12/1891					200\$000
16/12/1891					50\$000
16/12/1891					80\$000
17/12/1891		Terreno			80\$000

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis do ano de 1891, presentes no Cartório de Registros de Imóveis de Varginha.

O título de todas as propriedades era indenização por desapropriação, e o valor de muitas das indenizações é considerado baixo, se comparado com o preço das casas vendidas no espaço urbano e com os preços das propriedades rurais.

Com a estrada de ferro passando por Varginha, o comércio, que já se fazia presente na cidade, passou a se expandir, porque suas mercadorias poderiam ser enviadas a outras cidades, não apenas do Sul de Minas, mas de outras localidades de Minas Gerais e para Estados vizinhos.

Em 1913, por exemplo, a cidade de Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café (Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, 1913, p. 505); em 1918, a média de exportações de café que passava pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas em Varginha – mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, distrito que ainda não havia se emancipado.²³ As 75 mil sacas restantes eram de outros municípios vizinhos (ÁVILA, 1983, p. 14).

5.3. Energia elétrica

As discussões a respeito de energia elétrica começaram no ano de 1910. Na reunião de 09 de junho daquele ano:

²³ A emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu em 1938.

pelo vereador Antonio Rotundo foi apresentado um projecto de lei auctorizando ao Agente Executivo a chamar concorrência publica para instalação de luz elétrica, rede de esgotos e novo abastecimento d'agua, sendo julgado objeto de deliberação foi posto a votos em seguida foi aprovado em primeira discussão. (ACMV, 1910, fl. 04).

Mas foi no ano de 1911, no dia 01 de agosto, que:

A mesma Camara deliberou a autorisar o Agente Executivo a contrahir um emprestimo para estabelecer a luz eletrica nesta cidade, mediante os juros de (10%) dez por cento ao anno, e praso que for razoável, no caso que torne impossivel o emprestimo, fica o Agente Executivo autorisado a contractar com qualquer empresa que melhores condições offerecer, a estabelecer nesta cidade a luz elétrica e força pelo praso de vinte cinco anos, findo o qual reverterão os materiais e todo estabelecimento para a municipalidade sem ônus, ficando desde já desapropriadas todas as cachoeiras existentes no municipio. (ACMV, 1911, fl. 17).

Varginha passava por crescimento urbano, ainda que gradual, e já contava com escolas, a ferrovia, comércios, pequenas fábricas, imprensa – que publicava editais, por exemplo, de quando se abria concorrência para melhorias em estradas ou obras de calçamento das ruas –, o abastecimento de água havia passado por melhorias. Assim, era notável que a energia elétrica fosse uma demanda necessária.

Na reunião extraordinária de 10 de fevereiro de 1912, sob a presidência do major Silva Bittencourt, foram analisadas as propostas para a instalação da energia elétrica. Foram levadas à Câmara oito propostas, e os vereadores iriam analisar alguns requisitos para a escolha da melhor. Os requisitos eram:

economico, conciliando o interesse publico com o particular, energia eletrica sob o ponto de vista de sua importancia, encampação, condições de pagamento da Camara Municipal, favores extraordinarios pedidos pelos proponentes e vantagens extraordinarias pelos mesmos offerecidos. (ACMV, 1912, fl. 30).

Abaixo serão melhor apresentados os requisitos de análise, considerando os seis critérios relevantes para a comissão responsável:

Requisito 1: Do critério econômico. Mostrou a ata da Câmara que “sob este aspecto, ha grande divergencia de preços entre os concorrentes, sendo criterio da comissão conciliar os interesses publicos e privados, não descuidando dos recursos pecuniarios e actuaes da Municipalidade” (ACMV, 1912, fl. 30). Considerando então os valores que cobriam os proponentes, a Câmara descartou quatro deles, que apresentavam um orçamento acima de 14:000\$000 (quatorze contos de réis). Com base nessa escolha, foram analisados os valores de outros critérios para as quatro propostas restantes: iluminação particular por vela/mês; instalação (gratuita ou remunerada) e força motriz. Pela análise dos três critérios, resolveu a Câmara que “néssas condições, são mais vantajosas as propostas que fazem a instalação gratuita para o consumidor, visto como o preço por vela se equivalem, mais ou menos. Têm primazia, portanto, as propostas nos 1 e 3” (ACMV, 1912, fl. 30).

Requisito 2: Da energia elétrica. Considerando os cavalos/vapor, “a proposta nº 1 não diz o numero de cavallos vapor que fornece; a nº 2 fornece 150 cavallos vapor prometendo aumentar esse numero quando a empresa julgar conveniente; a nº 3 fornece força de 500 cavallos vapor e a nº 4 não menciona”. (ACMV, 1912, fl. 30). Nesses critérios, foram consideradas apenas as propostas 2 e 3. Não obstante, a proposta “nº 2 reserva a si o direito de aumentar o numero quando ella julgar conveniente, o que constitue ou póde constituir um obstaculo para a municipalidade ou para o particular quando reclamem força de que ella não disponha”. (ACMV, 1912, fl. 30). Assim, a proposta de número 3 era mais favorável, “podendo melhor fomentar a industria” (ACMV, 1912, fl. 30).

Requisito 3: Da encampação. As propostas de números 2, 3 e 4 estabeleceram preliminares, a 3ª a partir do oitavo ano e a 4ª a partir do décimo ano, sendo que:

A 2ª estabeleceu que, vencido o prazo de privilegio, receberá, em troco da encampação, o custo da installação, com rebate de 30% sobre o valor actual da installação, desde que não haja obra nova. No caso contrario, não faz redução alguma. A 3ª deduzindo a renda liquida dos cinco ultimos anos, toma a media annual, que representará o juro da quantia, que tem a receber (juro de 8%). A 4ª estabelece a encampação depois do decimo anno, tomando-se a media da renda, renda liquida do ultimo trienio e contando-se o juro de 10% para formação do capital. A 1ª não estabelece bases para encampação. (ACMV, 1912, fl. 30).

Portanto, do ponto de vista da encampação, as propostas 3 e 4 foram consideradas as melhores.

Requisito 4: Das condições de pagamento. A ata dizia que a proposta de número 2 pedia pagamento por trimestre; a proposta de número 4 exigia que o pagamento fosse feito mensalmente; as propostas de números 1 e 3 não deram detalhes sobre a forma de pagamento (ACMV, 1912, fl. 30).

Requisito 5: Das vantagens extraordinárias. Dizia a ata da Câmara que a proposta:

Numero 1 dará 50% gratuitamente no primeiro anno para a primeira fabrica que se inaugurar; a 3ª entra com grande potencial; a 4ª isolará os fios da distribuidora e dará um motor para mover a bomba elevadora d'agua para o abastecimento da cidade; a 2ª não oferece como vantagem extraordinaria se não os meios para se desenvolverem certas industrias e confortos, fazendo sua propaganda (ACMV, 1912, fl. 30).

Considerando as vantagens extraordinárias, parecia que a segunda proposta estava descartada.

Requisito 6: Dos favores extraordinários. “A 2ª e a 4ª propostas pedem isenção de impostos municipais e obrigação da Camara intervir junto ao Governo Federal para obter isenção de impostos aduaneiros, junto ás estradas de ferro para redução de fretes. A 1ª e 3ª não pedem esses favores” (ACMV, 1912, fl. 30). Assim, “distante ficam as 1ª e 3ª com grandes vantagens sobre as duas outras” (ACMV, 1912, fl. 30).

Depois das análises feitas, a Câmara chegou à seguinte conclusão:

Pelas comparações acima declaradas fica patente quanto a preço em igualdade de quantidade para iluminação publica a superioridade da proposta nº 1; mas a proposta nº 3, desde que do projecto de iluminação se afastem 8 arcos voltaicos, ficará em melhores condições, pois a iluminação da cidade ficará custando annualmente 9:615\$300 (nove contos seiscentos e quinze mil e trezentos reis), nos preços de energia a particulares as propostas nºs 1 e 3 são mais ou menos equivalentes. (ACMV, 1912, fl. 31).

Finalmente, "depois de ter sido lido o parecer o Senhor Presidente ordenou [ao secretário] que convidasse o proponente Vivaldi & Cia [proposta número 3] para assignar o contracto". (ACMV, 1912, fl. 31). O proponente era uma empresa do Rio de Janeiro.

Nos registros de imóveis de Varginha, foram encontradas algumas transações de bens envolvendo o nome da companhia: no total, quatro registros, dois de 1912 e dois de 1914. O primeiro deles, de 03 de fevereiro de 1912, era referente à compra de parte de um terreno da Fazenda Pontal, no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis). Nas condições do contrato estava especificado que a companhia deveria fornecer lâmpadas para a casa de morada da Fazenda do Pontal, fazer uma ponte ligando a ilha ao continente e o fecho da faixa cedida com cerca de arame. No segundo registro, de 05 de junho de 1912, a Vivaldi & Cia adquiriu mais terras da Fazenda Pontal, no mesmo valor da primeira compra.

Em fevereiro 1914 as obras para instalação da energia elétrica deveriam estar no fim, mas a Vivaldi & Cia precisava de mais alguns dias para o término total do serviço. No dia 03 de fevereiro daquele ano:

Foi lido perante a Camara um requerimento da Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi, no qual pede sessenta dias de prazo para dentro delle inaugurar a installação electrica, justificando este pedido o incidente ocorrido no canal o qual obrigou a Companhia fazer novas obras de segurança, a Camara mandou que para ser a suplicante attendida erá necessario que enviasse o original da planta que foi approvada para collocação dos postes da illuminação que lhe foi fornecida pela mesma, enviar a tabella dos preços da illuminação particular e informar se as duas lampadas de mil vellas cada uma que a empreza comprometheu se a colocar em logares determinados pelo Agente Executivo poderam ser subdivididas a juizo do mesmo e se isso mesmo convocasse a Companhia. (ACMV, 1914, fl. 70).

Depois de realizado o pedido para ampliação do prazo, a companhia adquiriu mais dois imóveis: no dia 27 de fevereiro de 1914, um terreno na área urbana, para construção de um prédio, no valor de 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis) e no outro dia, 28 de fevereiro, foi comprado um terreno na área rural de Varginha, no valor de 600\$000 (seiscentos mil réis).

O pedido foi concedido à Vivaldi & Cia e, no dia 30 de março de 1914, numa reunião extraordinária, foi decidido a respeito da comissão responsável "para os festejos da inauguração da luz" (ACMV, 1914, fl. 72).

O vereador Domingos de Rezende apresentou uma proposta que dizia que “fica o Presidente da Camara auctorizado a despende com os festejos da inauguração da luz electrica nesta cidade o que necessario fór, como despesas extraordinarias” (ACMV, 1914, fl. 72). Foi nomeada uma comissão para ir até Itajubá e Santa Rita do Sapucaí convidar os senhores doutores Wenceslau Braz e Delfim Moreira²⁴; uma comissão para cuidar da recepção da estação ferroviária até a Câmara Municipal; mais uma comissão para convidar personalidades importantes de Três Corações; outra para ornamentação da Praça da Estação até a Rua Municipal; uma comissão para a ornamentação de ruas centrais; e, finalmente, uma comissão para preparar o “banquete” que seria oferecido (ACMV, 1914, fls. 72-73). Ao final da reunião, os vereadores resolveram enviar um ofício ao presidente da Rede Sul Mineira, “para assistir aos festejos da inauguração da luz electrica” (ACMV, 1914, fl. 73).

Dessa forma, “aos doze dias do mez de Abril de mil novecentos e quatorze, as 18 horas (da tarde), no Theatro Municipal”, deu-se início à sessão especial de instalação da luz elétrica (ACMV, 1914, fl. 73).

Naquela reunião, coordenada pelo vice-presidente da Câmara de Varginha, o capitão Antonio Rebello da Cunha, a Câmara resolveu homenagear os senhores Wenceslau Braz Pereira Gomes e Delfim Moreira da Costa Ribeiro. A Rua de São Pedro passou a se chamar Rua Wenceslau Braz e a Rua Municipal recebeu o nome de Delfim Moreira.

Então, declarou o presidente da sessão:

que se ia proceder a inauguração da luz electrica. Tomou a presidencia o Excelentissimo Senhor Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes, e o Excelentissimo Senhor Doutor Delfim Moreira da Costa Ribeiro apertando o botão electrico, fez-se a luz, orando nesta ocasião em nome da Camara. (ACMV, 1914, fl. 73).

Na reunião que se seguiu, dia 27 de abril, o principal assunto tratado dizia respeito às despesas com os festejos da iluminação elétrica. O presidente da Câmara foi autorizado a pagar o banquete que “a mesma Camara ofereceu aos Excelentissimos Senhores Doutores Wenceslau Braz Pereira Gomes, Delfim Moreira e suas comitivas no dia 12 do corrente na importancia de oito contos de reis” (ACMV, 1914, fl. 74). Ainda, a Câmara deveria pagar mais “dois contos e seiscentos mil reis de despesas para o mesmo fim, sendo julgado objecto de deliberação foi posto a votos e approved em primeira discussão” (ACMV, 1914, fl. 74). As outras despesas “feitas com a inauguração da luz electrica” deveriam ser pagas “pelas verbas do orçamento”. (ACMV, 1914, fl. 74).

²⁴ Wenceslau Braz Pereira Gomes foi importante membro da sociedade política sul-mineira e, entre 1914 e 1918, foi presidente do Brasil. No ano de inauguração da energia elétrica em Varginha, residia em Itajubá. Delfim Moreira da Costa Ribeiro também foi importante membro da sociedade política sul-mineira, tendo presidido o Brasil do final de 1918 até meados do ano de 1919. No ano de inauguração da energia elétrica em Varginha, residia em Santa Rita do Sapucaí.

No dia 19 de maio, uma reunião extraordinária ocorreu porque a Câmara havia deixado de cumprir uma das partes do acordo com a Companhia Vivaldi. A reunião era:

para a Camara tomar conhecimento de uma petição da Companhia Mercantil e Industrial Vivaldi, pedindo o levantamento do deposito de 3:000\$000 [três contos de réis] em deposito nesta Camara (apolice do Estado) para garantia do contracto da iluminação publica (ACMV, 1914, fl. 75).

Entretanto, a Companhia havia deixado de cumprir algumas partes do contrato, pois dizia a ata que:

A Camara tomando conhecimento resolveu que se respondesse exigindo o cumprimento de todas as clausulas do contracto que não foram satisfeitas a saber: a que diz respeito ao pagamento da iluminação particular; a referente a distribuição de lampadas nos largos da Matriz e Praça Rio Branco; e a que diz respeito ao numero de postes e finalmente a que é affinente a qualidade das lampadas que devem ser empregadas na iluminação publica (ACMV, 1914, fl. 75).

Aquelas pendências entre a Câmara e a empresa foram resolvidas. Mas em agosto de 1920 a Companhia Vivaldi sugeriu algumas mudanças em relação à prestação do serviço que não agradaram aos vereadores. A empresa Vivaldi propunha alterações na intensidade das lâmpadas, aumentando-a, mas elevando também o preço anual por vela. "A Camara tomando conhecimento da proposta, por unanimidade de votos resolveu não acceital-a por julgal-a ir de encontro aos interesses do publico por achar exorbitante seus preços, e os preços para a illuminação publica estao elevados a mais do dobro do actual". (ACMV, 1920, fl. 12).

5.4. Criação e isenção de impostos

Nesta penúltima parte da seção, serão destacadas passagens das atas da Câmara Municipal referentes à criação e isenção de impostos. O primeiro imposto criado pela Câmara Municipal data do ano de 1883:

Aos onse dias do mês de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e trez, nesta Cidade da Varginha, no Paço da Camara Municipal, onde se achava o Presidente da mesma Camara, Matheus Tavares da Silva, e os Vereadores Baptista, Silva e Carvalho, aberta a seção (...) que esta Camara adote o seguinte: que se cobre pôr cada um carro que atravessar o Municipio desta Cidade com carregamentos para as estações da estrada de ferro de D. Pedro segundo, ou mercados de qualquer ponto da Provincia, o imposto de dois mil reis pôr cada um, e os que atravessarem o Municipio desta Cidade, com cargas de allugueis recebidos nas estações da estrada de ferro de D. Pedro segundo, o imposto de quatro mil reis. Excetução se os carros deste Municipio, e aquelles que neste Municipio venderem todo carregamento (ACMV, 1883, fl. 06).

No ano de 1888, já havia melhor sistematização na forma de cobrança de impostos, e a ata de 09 de janeiro daquele ano dizia que:

A Câmara Municipal da Cidade da Varginha, de acordo com o artigo 194 do seu actual código de Posturas, resolveu o seguinte: Artigo 1º - Fica fixado o imposto de passagem para cada carro que transpuser este Município, com quaisquer carregamentos, pôr ida e volta, em um mil reis. (Paragraphe 1º). A cobrança deste imposto será effectuada por mais de agentes de livre nomeação do Presidente da Câmara. (Paragraphe 2º). Estes agentes entregarão mensalmente ao Fiscal desta Cidade, as sommas arrecadadas, deduzida sua porcentagem que será de 15% quinze por cento. (Paragraphe 3º). O Presidente da Câmara, poderá encarregar da arrecadação deste imposto aos respectivos Fiscaes. (Paragraphe 4º). Este imposto será exigível desde já e seu produto applicado em melhoramentos das estradas e pontes do Município" (ACMV, 1888, fl. 84).

A comercialização de café dentro do município e as exportações do produto para outras localidades foram fatores que chamaram a atenção dos vereadores para a criação de um imposto referente ao produto. Na reunião de 01 de dezembro de 1912, foi apresentado na Câmara o seguinte projeto:

Artº: Criar o imposto de 50 reis por arroba de café que fôr exportado pelas Estações de Fluvial Varginha, bem como pela estação da Flóra quando o café por ella exportado fôr produzido neste município. § 1º O imposto será pelos exportadores e por intermedio dos funcçinários da Rêde Sul-Mineira mediante contracto de porcentagem que a Câmara estabelecerá com a Directoria da referida via-ferrea, a porcentagem paga a essa via-ferrea não excederá de 20%. § 2º O imposto arrecadado entrará para o cofre municipal no fim de cada mez (...). (ACMV, 1912, fl. 26).

Com o aumento do número de estabelecimentos industriais em Varginha, a Câmara de vereadores passou a cobrar (ou isentar) impostos dos proprietários de algumas fábricas, conforme fosse mais vantajoso. No ano de 1913, a ata da reunião de 26 de junho continha uma parte dizendo que "pelos Srs. Abreu e Cia foi requerido a Câmara Municipal isenção de impostos de sua fabrica de gelo, foi lhes concedida somente por 6 (seis) anos" (ACMV, 1913, fl. 56).

Na reunião de 15 de setembro do mesmo ano, "foi posto em segunda discussão a projecto que eleva a 100\$000 [cem mil réis] o imposto sobre olarias que fabriquem tijollos ou telhas, e fabricando ambos artigos, isto é, tijollos e telhas a 150\$000 [cento e cinquenta mil reis]" (ACMV, 1913, fl. 59).

Com os três exemplos sobre impostos (cobrança de carros que atravessassem o município com carregamentos, de 1883 e 1888; imposto sobre o café, de 1912; e cobrança e isenção de impostos relacionados às indústrias, de 1913) foi possível compreender que os vereadores almejavam sistematizar as arrecadações, atividade comum de uma Câmara Municipal.

5.5. Análises

Considerando o marco teórico deste trabalho – a heterodoxia institucional, sendo evidenciadas as abordagens da economia institucional original (EIO) e da escola das convenções – serão feitas análises sobre a relação da instituição do

legislativo e o crescimento econômico e urbano de Varginha na passagem do século XIX para o século XX, com base nos tópicos anteriormente descritos nesta seção.

Em conformidade com a EIO, foi feita uma observação das reuniões de vereadores varginhenses ao longo de um período de tempo, por meio da leitura das atas da Câmara, para retirada de conclusões sobre o desenvolvimento da cidade. Em conformidade com a escola das convenções, as análises aqui realizadas levaram em conta a compreensão do comportamento de agentes (os vereadores) num ambiente coletivo (a Câmara Municipal), comportamento entendido por meio da leitura das atas, com destaque para os projetos e leis aprovados pelos vereadores.

Os elementos enfatizados acima foram quatro: discussões acerca de assuntos educacionais, passagem da ferrovia, instalação da energia elétrica e criação e isenção de impostos. São elementos importantes para o desenvolvimento de uma cidade, ainda que não estejam diretamente ligados a aumentos do produto interno bruto ou de índices de industrialização.

Foi possível compreender, por meio da exposição das atas da Câmara Municipal, que os assuntos referentes às escolas públicas no início de formação de Varginha passavam pelas reuniões dos vereadores. Não que isso fosse incomum, já que a instituição é responsável pela educação municipal; o que deve ser enfatizado, porém, é a importância da Câmara de vereadores para aquela demanda.

Os livros recebidos pela Câmara Municipal, “para serem distribuídos com os alunos pobres que frequentão as escolas deste Município” (ACMV, 1884, fl. 22), o projeto do final de 1912, da manutenção da Caixa Escolar da cidade (ACMV, 1912, fl. 46), bem como o orçamento destinado à construção do colégio “Culto as Ciências”, em 1914 (ACMV, 1914, fl. 77) e a autorização da Câmara Municipal para a construção de uma escola no bairro Tacho, em 1918 (ACMV, 1918, fl. 56) eram necessidades da sociedade varginhense e, na medida em que beneficiavam parte da população, promoveram crescimento econômico local em que o legislativo, como instituição formal – sendo um órgão do governo – participou de forma ativa.

A passagem da ferrovia por uma região, especialmente na época da transição para o século XX, além de valorizar o espaço urbano, possibilitava crescimento econômico local. Com a passagem da estrada de ferro por Varginha, a cidade avançava em seu crescimento urbano e econômico. Em relação ao crescimento urbano, escreveu Ávila (1983, p.05) que:

Uma primeira manifestação mais declarada todavia, da setorização urbana é a que começa a esboçar-se por volta de 1892 com a chegada da estrada de ferro e a inauguração da estação ferroviária, determinando não só a expansão da cidade para as faixas de terreno que tangenciam a ferrovia, como igualmente a concentração ali de atividades mais de perto favorecidas pelo novo meio de transporte e comunicação.

Considerando a economia varginhense, a ferrovia serviria para expansão de uma das principais atividades do município, a cafeicultura: no ano de 1913, Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café (Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, 1913, p. 505); em 1918, a média de exportações de café que passavam pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho, chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas na cidade. (ÁVILA, 1983, p. 14).

No caso da chegada da ferrovia em Varginha, ressalta-se também a ação de um agente, Matheus Tavares da Silva, primeiro presidente da Câmara Municipal, para a inauguração do novo serviço, já que o major investiu financeiramente para o andamento das obras.

A instalação da energia elétrica em Varginha ocorreu no ano de 1914, e as atas da Câmara Municipal detalharam o tema, mostrando desde as discussões iniciais dos vereadores e a forma como analisaram as propostas para prestação do novo serviço, até os gastos com festejos para a inauguração da energia e os problemas referentes à empresa prestadora do serviço.

Ainda que, a princípio, a energia elétrica fosse um padrão de consumo que beneficiaria apenas parte da população varginhense, o novo serviço pode ser considerado elemento importante para a noção de crescimento econômico. No caso de Varginha, o começo do século XX ainda era um período de organização do espaço urbano e de inícios do desenvolvimento da economia local; naquele cenário, a energia elétrica possibilitaria que, com o passar do tempo, novas fábricas fossem instaladas na cidade, promovendo, assim, crescimento econômico e urbano²⁵. A descrição detalhada das propostas que chegaram à Câmara serviu para o entendimento de como os vereadores se comportavam no ambiente da Câmara Municipal no que diz respeito a uma demanda necessária para a cidade nos inícios do século XX.

A criação de impostos é outro elemento importante para a noção de crescimento econômico, estando a Câmara Municipal à frente dos primeiros impostos estabelecidos numa cidade: o primeiro imposto criado em Varginha no ano de 1883 e melhor sistematizado em 1888 referia-se a carregamentos que atravessassem a cidade; no ano de 1912, aproveitando-se da importância da atividade do café para o município, os vereadores criaram novo imposto; em 1913, isenção e cobrança de impostos foram discutidas entre os membros da Câmara Municipal. O dinheiro arrecadado serviria para obras que beneficiariam o próprio município; a isenção das

²⁵ No período de 1882 até 1920, os registros de imóveis do município de Varginha mostraram transações envolvendo algumas empresas. Eram elas: Arbichkes Companhia, Caldas Bastos e Cia, Azevedo Silva e Cia, Smith Thompson Bryan, Hand, Rand e Cia e Arbnakle Brothers. (Registros de Imóveis do município de Varginha, depositados no Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Varginha).

cobranças incentivava a permanência de fábricas. Portanto, o crescimento econômico e urbano também depende de impostos, demandas que – sobretudo no início de formação de uma cidade – necessitam de um ente público para as organizarem.

Os elementos citados acima não se relacionam diretamente com o aumento de produtividade, mas geraram benefícios para a sociedade varginhense. As discussões sobre assuntos educacionais, a passagem da ferrovia, a inauguração da energia elétrica e a cobrança e isenção de impostos foram assuntos discutidos nas reuniões de vereadores que promoveram crescimento econômico e urbano de Varginha na passagem do século XIX para o século XX.

6. Considerações Finais

A transição do século XIX para o século XX foi um período de crescimento econômico e urbanização para o Brasil como um todo e Varginha se emancipou justamente naquele período. O crescimento econômico e urbano eram comuns em várias regiões do país, que contou com um projeto político nacional de urbanização. Assim, enfatizar um dos órgãos do governo, o legislativo, faz sentido nessas circunstâncias.

O objetivo deste artigo foi o de descrever e analisar a ação dos agentes de uma instituição – o legislativo, tendo como agentes os vereadores, membros da instituição e que elaboram projetos e leis para os municípios – no papel de auxílio ao crescimento econômico e urbano da cidade de Varginha, no período inicial de formação da cidade.

A concepção de crescimento econômico adotada neste texto levou em conta questões que vão além das quantitativas, crescimento econômico visto como um processo em que a percepção histórica e o empirismo importam. Por isso, os elementos que foram salientados se relacionam com o processo de crescimento econômico e urbano: escolas públicas, estrada de ferro, energia elétrica, impostos. Elementos esses que, nas cidades, sobretudo no período inicial de suas formações, contam com auxílio da Câmara Municipal de vereadores para desenvolverem-se.

Tendo como marco teórico a economia institucional original (com realce na importância do empirismo para análise de uma sociedade) e a escola das convenções (com destaque para o entendimento do comportamento de agentes num ambiente coletivo), este estudo frisou nas atas da Câmara Municipal de Varginha, assuntos que se relacionavam com o crescimento econômico e urbano local, que exigiram a observação da cidade ao longo de um período de tempo, por

meio dos documentos, e a apreciação de discussões que ocorriam num ambiente coletivo do município.

Não se defende, entretanto, que crescimento econômico e urbano dependam apenas de instituições, nem considera-se a superioridade das instituições que sejam órgãos do governo sobre às demais instituições presentes numa sociedade. Instituições e seus agentes auxiliam os processos de crescimento econômico e urbano, mas para melhor entendimento desses processos é preciso considerar outras análises. É preciso tentar entender, por exemplo, numa análise comparativa, as diferenças existentes nas formações históricas e econômicas regionais; é preciso ponderar o período em que determinada cidade ou Estado foram se constituindo: o fato de Varginha ter se formado na passagem do século XIX para o século XX, um período de crescimento econômico e urbano nacional, contribuiu para avanços na cidade que localidades que se formaram em períodos anteriores podem não ter alcançado, devido à época diferente de suas emancipações. Ainda, apesar do foco deste artigo ter sido a instituição do legislativo (um órgão do governo), é indubitável que outras instituições, como as firmas e outras organizações privadas e não governamentais também atuam sobre o crescimento econômico e urbano.

7. Referências

Fontes manuscritas

Atas da Câmara Municipal de Varginha (ACMV), presentes no Museu Municipal da cidade, do período de 1882-1920.

Inventário de Matheus Tavares da Silva, localizado no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha-MG, 1905, caixa 598, documento nº 23.

Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 e Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913.

Registros de Imóveis do município de Varginha, depositados no Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Varginha, para o período de 1882-1920.

Fonte impressa

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. B. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. **RDE História – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XI, n. 19, pp. 82-101, jan., 2009.

ÁVILA, A. Varginha: formação e evolução. **Fund. J. P.**, Belo Horizonte, 13 (7/8), p. 02-18, julho-agosto/1983.

BARAN, P. A **Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção "Os Economistas"), 1984.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 3, p. 373-392, setembro-dezembro/2014.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 603-620, 2002.

DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977.

DEQUECH, D. Instituições: questionando a divisão micro-macro da economia e seu ensino. **Economia**, 2013, vol. 14, número 1c, p. 565-585, setembro-dezembro/2013.

FELIPE, E. S. **Instituições e mudanças institucionais numa ótica evolucionária: uma abordagem a partir dos conceitos e da metodologia neo-schumpeteriana**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

_____. As instituições e os neo-schumpeterianos: a noção de aprendizado a partir do pilar cognitivo das instituições. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 19, n. 1 (33), p. 15-32, janeiro-junho/2008.

FERREIRA, S. M. P. **Federalismo, Economia Exportadora e Representação Política: O Amazonas na República Velha (1889-1914)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GALA, P. A teoria institucional de Dolglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

HERRLEIN JR., R. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: Um outro capitalismo no Brasil meridional?** 2000. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

IGLÉSIAS, F. Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930). In: MONTEIRO, Norma. (Org). **Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

KRUGMAN, P. R.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. Tradução de Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LENHARO, A. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1824**. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

LIMA, J. H. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARTINS, M. L. A marcha do café no Sul de Minas, décadas e 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs.). **Sul de Minas em Urbanização: Modernização Urbana no início do século XX**. São Paulo: Alameda, 2016. P. 141-172.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NELSON, R. R e WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005 [1930].

NOVAIS, F. A. e SILVA, R. F. **Nova História em Perspectiva-Volume 1**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

OLIVEIRA, V. B. M. **Autonomia regional e financiamento da educação básica: Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, 1850-1930**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PESAVENTO, F.; MONTEIRO, S. Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro, 1750-1800. In: **Encontro Nacional de Economia**. Anais do evento. Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2006.

PIRES, A. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)**. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

PONDÉ, J. L. Instituições e mudança institucional: uma abordagem schumpeteriana. **Revista EconomiaA**, Brasília (DF), v. 6, n. 1, p. 119-160, janeiro-julho/2005.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAES, A. M. **Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

SAES, A. M; COSENTINO, D. V; GAMBI, T. F. R. Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, A. M. e MARTINS, M. L. (Orgs.). **Sul de Minas em Transição: A formação do Capitalismo na passagem para o século 20**. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13-36.

SAES, A. M.; MARTINS, M. L. (Orgs.). **Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20**. São Paulo: Edusc, 2012.

SAES, A. M., MARTINS, M. L., GAMBI, T. F. R (Orgs.). **Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX**. São Paulo: Alameda, 2016.

SALES, J. R. **Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)**. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003.

SILVA FILHO, E. B. **Institucionalismo Econômico, modelos mentais e conformidade institucional**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

SILVA, M. P. **De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

VASCONCELOS, L. F. **Instituição e desempenho econômico: duas visões sobre o mesmo tema**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WILLIAMSON, O. E. **Mercados y hierarquias: su análisis y sus implicaciones anti-trust**. Fondo de Cultura, 1991.

WIRTH, J. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.